



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

POTENCIAL PARA O TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL EM TRILHA GUAXENDUBA NO MUNICÍPIO DE ICATU – MA

Área temática: Trabalho

Carlos Augusto Rocha de Moraes Rego¹; George Luiz Souza Vieira¹; Ariadne Enes Rocha²; Regiane da Silva Almeida³; Régilla Martins dos Reis¹; Osmar Luis Silva Vasconcelos¹; Bruna Penha Costa¹; Erik George Santos Vieira¹; Mary Jane Nunes Carvalho¹; Anne Caroline Bezerra dos Santos¹; Werly Barbosa Soeiro¹; Laiza Moraes Carneiro¹; Itaan de Jesus Pastor Santos⁴

¹ Graduandos em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão

² Dra. em Agronomia, Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade, Laboratório de Extensão Rural, Centro de Ciências Agrárias – UEMA.

³ Engenheira de Pesca e Assessora de Projetos Produtivos no Laboratório de Extensão Rural da UEMA.

⁴ Dr. em Agronomia, Coordenador do Laboratório de Extensão Rural da Universidade Estadual do Maranhão.

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo diagnosticar e identificar as potencialidades para a promoção do turismo rural em ambiente de produção rural, paisagem natural e patrimônio histórico do município de Icatú no estado do Maranhão. Os dados foram obtidos por meio de aplicação de questionários nas residências. Foi aplicado um total de 308 questionários em 11 comunidades visitadas do município de Icatú- MA, que iram compor a Trilha Guaxenduba. Em relação ao percurso as principais vias de acesso para os povoados são estradas de areia, com 73%, e apenas 27% dos povoados tem acesso por estrada de piçarra. Já em relação às estruturas das residências no percurso da trilha estas são caracterizadas por de feitas de alvenaria (58%), de taipa (41%) e de madeira (1%). Os telhados das residências são cobertas por telha de barro (87%), de palha (7%) e de brasilite (6%). Em relação à fonte de água para o abastecimento das residências é em sua maioria de poço e cisterna (93%), no entanto

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Patrocínio:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

5% das casas ainda se abastecem de rio e 2% de cacimbas. Em relação à produção dentro dos povoados apenas 46% dos entrevistados produzem alimentos em hortas e pomares com uma variedade de 73 espécies vegetais cultivadas, sendo 56 alimentares e 17 medicinais. A estruturação da Trilha de Guaxenduba para os povoados que compunha o trajeto tem potencial e poderá trazer beneficiadas, além de, ser uma iniciativa a expansão e consolidação do turismo no meio rural na região.

Palavras chave: Agricultura Familiar. Trilha Guaxenduba. Turismo Rural.

1. Introdução

A agricultura familiar nos últimos anos tem-se afirmado uma categoria expressiva no meio rural brasileiro no que diz respeito ao fornecimento de alimentos e geração de renda. Na busca de sua reprodução e sobrevivência tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção, e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não-agrícolas, complementando a renda familiar, fenômeno esse denominado de pluriatividade e que se expandiu, dentre outros fatores, pela revalorização do mundo rural e nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar (MARAFON & RIBEIRO, 2006)

Dentro dessa abordagem de pluriatividades tem surgido o turismo no meio rural, podendo assim, se bem aproveitado os atrativos naturais, artificiais e pelos produtos existentes no campo podendo representar uma opção tanto para os turistas quanto uma oportunidade de renda para as populações que nele vivem, proporcionando o reconhecimento sobre: produção agrícola familiar na roça, quintais e extrativista; bebidas e alimentos in natura; artesanato e outros produtos associados ao turismo; criação de animais; atividades equestres e de pesca; atividades de ecoturismo; esportes de aventura; caminhadas; atividades pedagógicas no ambiente rural; manifestações folclóricas (músicas, danças, tradições religiosas e outras); gastronomia (saberes e



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

fazeres locais); atividades recreativas no meio rural; casas de cultura e ao patrimônio histórico (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015).

Para Santana (2000), o turismo rural pode ser compreendido como produto e como forma de desenvolvimento.

(...) uso e aproveitamento turístico do ambiente rural, aferrando-se às premissas do desenvolvimento sustentável, à intenção de gerar efeitos eminentemente positivos (preservação do patrimônio, proteção do ambiente, etc), de se realizar em áreas “não invadidas”, de incluir a população local com agentes culturais, de ser minoritário e promover, através de encontros espontâneos e de participação, o contato cultural (SANTANA, 2000, p. 155)

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para tanto para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas (MARAFON, 2006). O turismo rural apresentasse como uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementar sua renda, baseada na pluriatividade das unidades familiares de produção e domínio sobre o conhecimento empírico territorial.

Para Beber & Menasche (2011) o espaço rural assume também a condição de espaço de consumo, por meio de atividades relacionadas às funções de residência e de lazer. É assim que o espaço rural deixa de ser percebido como exclusivo a agricultores e antigos habitantes do campo e, nesse processo, passível de converter-se em patrimônio da sociedade, a ser preservado contra o uso predatório.

No território Lençóis Maranhenses/Munin no Estado do Maranhão o turismo tem sido focado principalmente nos municípios de Barreirinhas (MA) e Santo Amaro do Maranhão (MA), desencadeado pelo asfaltamento da rodovia MA-402, em 2001. O potencial de conhecimento pela sociedade e pelo governo municipal das belezas de Icatú, a luz da experiência do turismo em Barreirinha e Santa Amaro, precisa ser sistematizado e difundido para o praticante do turismo. Portanto este trabalho tem como



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

objetivo diagnosticar e identificar as potencialidades para a promoção do turismo rural em ambiente de produção rural, paisagem natural e patrimônio histórico, como um mecanismo complementar à geração de trabalho e renda aos atores sociais locais do município de Icatú no estado do Maranhão.

2. Material e Método

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Icatú do Maranhão, localizado na microrregião de Rosário, na mesorregião do Norte Maranhense, compreendendo uma área de 1.448,778 km², uma população de aproximadamente 25.452 habitantes e uma densidade demográfica de 17,36 hab/km² (IBGE, 2010). O município limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e com o município de Humberto de Campos; ao sul com Morros e Axixá; a leste com Humberto de Campos e Morros e, a oeste, com São José de Ribamar e o Oceano Atlântico. O acesso a partir de São Luís, capital do estado, ao município de Icatú tem um percurso de aproximadamente 133 km se faz da seguinte forma: 61 km pela rodovia BR-135 até a cidade de Bacabeira, 72 km pela BR-402 e pela rodovia estadual MA-110 até a cidade de Icatú. O setor primário e terciário são os principais setores produtivos do município. O município detém um dos menores IDH no Estado do Maranhão, com valor de 0,546, renda rural per capita de R\$ 161,00 e urbana de R\$ 87,50 e índice de pobreza de 56,91% (IBGE, 2016).

O presente trabalho tem como área de abrangência, dentro do município, uma extensão de 23 km, abrangendo cerca de onze povoados que irão compor a chamada Trilha Guaxenduba (Figura 1; Tabela 1), com um público de abrangência de 5130 pessoas, sendo realizada uma amostragem de 30% do total de pessoas que vivem na rota proposta. Na Figura 1 estão representados apenas 10 povoados, sendo que um está fora da rota, no entanto com potencial turístico, o povoado Jacareí.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016

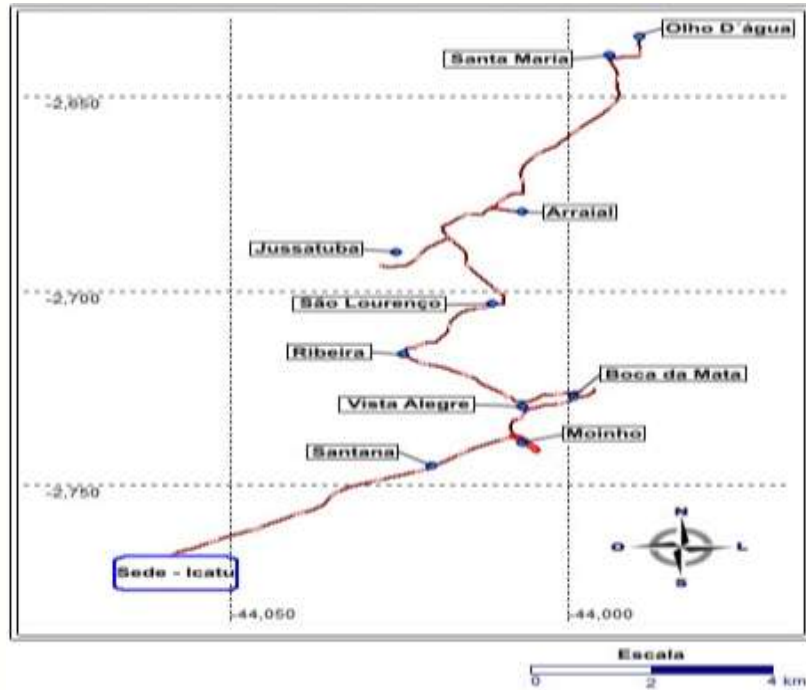


Figura 1. Percurso visitado no município de Icatú, MA

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Tabela 1. Lista dos povoados de Icatú – MA que compuseram o projeto Potencial ecológico, produtivo e histórico de Icatú - MA para o turismo rural sustentável, em parceria com a LABEX, CCA, UEMA.

Nº	POVOADO	NÚMERO ESTIMADO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS
1	Santana	6	1
2	Moinho	160	26
3	Vista Alegre	100	19
4	Boca da Mata	120	36
5	Ribeira	100	43
6	São Lourenço	05	2
7	Jussatuba	270	65
8	Arraial	90	26
9	Olho Água	20	15
10	Santa Maria	150	54
11	Jacareí	*	21
Total de famílias		1021	308
Público (número de famílias preliminar x média de 5 pessoas por família)		5105	1540 (30% do total)

Para a obtenção de informações foi realizado a aplicação de questionário semi-estruturado nas residências, de cada povoado visitado. O questionário empregado continha perguntas em relação aos aspectos de qualidade de vida dos habitantes, levando em consideração as características das residências, acesso ao saneamento básico, produção e extrativismo. Estes foram aplicados por estudantes de graduação do Centro de Ciências Agrárias e técnicos do Laboratório de Extensão Rural (LABEX) da Universidade Estadual do Maranhão, sendo orientados pelos coordenadores do projeto e com o apoio das Secretarias Municipais de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura de Icatú - MA.

3. Resultados e Discussões

Foi aplicado um total de 308 questionários nas 11 comunidades visitadas do município de Icatú - MA, que iram compor a Trilha Guaxenduba, as comunidades se



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

encontram numa proposta de rota turística de vai desde a sede até o povoado Santa Maria.

Em relação ao percurso as principais vias de acesso para os povoados são estradas de areia, com 73%, e apenas 27% dos povoados tem acesso por estrada de piçarra, terra batida (Figura 2).

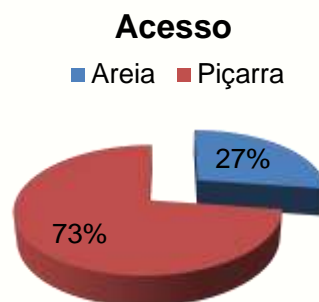


Figura 2. Vias de acesso aos povoados na Trilha Guaxenduba, Icatú, MA

As vias de acesso para os povoados Jussatuba, Ribeira, Boca da Mata, São Lourenço, Santana, Moinho, Vista Alegre e Jacareí dos Pretos são de piçarra, viabilizando o acesso utilizando carros de passeio, enquanto para os povoados de Arraial, Santa Maria e Olho d' água o acesso é apenas por estrada de areia, permitindo o tráfego apenas por carro traçado (Figura 3). As estradas de areia podem ser favoráveis ao turismo de aventura, mas é visto pelas comunidades como problema de locomoção e comercialização de seus produtos. Para o atendimento ao turista poderá ser necessária a disposição local de transporte traçado para atender o turista que não tem carro apropriado para a movimentação dentro das estradas de areia.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 3. Vista das vias de acesso com estradas de areia (A) e de piçarra (B) aos povoados da Trilha Guaxenduba, Icatú, MA

Em relação às estruturas das residências no percurso da trilha estas são caracterizadas por de feitas de alvenaria (58%), de taipa (41%) e de madeira (1%). Os telhados das residências são cobertas por telha de barro (87%), de palha (7%) e de brasilite (6%). Entre as residências amostradas 96% fazem uso da energia elétrica em quanto o restante (4%) a fonte de energia e o uso de lamparina, lampião e outros tipos de energia. No que corresponde ao número de cômodo 48% dos entrevistados relatam que as residências possuem entre 3 a 4 cômodos, 37% possuem mais de 5 cômodos, 9% possui apenas 1 e 6% contem 2 cômodos (Figura 4).

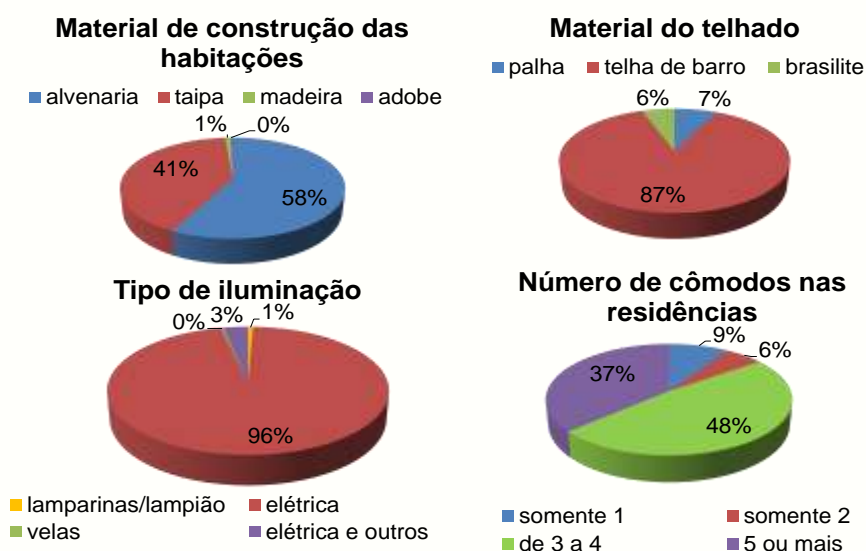


Figura 4. Aspecto geral das moradias no percurso da Trilha Guaxenduba, Icatú, MA.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Esta primeira classificação das residências com suas estruturas têm como base entender os possíveis de alojamento para os turistas que poderão vir a frequentar a trilha. De acordo com as informações levantadas em relação às condições das moradias há potencial para criação de espaços para recebimento de grupos de turismo na própria residência de pessoas dentro das comunidades, com a hospedagem em instalações independentes ou em quartos ajustados para essa finalidade. Entretanto a uma necessidade de criação de espaço para reuniões do coletivo que poderá ser utilizada para repasse da história local, lanches e comercialização de produtos locais.

O turismo rural se baseia no uso das próprias instalações da propriedade para alojar os visitantes, por isso entender quais são os tipos de residências e seu tamanho será de grande valia para o planejamento de uma lista de possíveis alojamentos familiares a serem recomendados pelos próprios guias da trilha aos turistas dependendo das características exigidas pelos mesmos. Para o Ministério do Turismo (2010) o Turismo Rural propicia o contato direto do consumidor com o produtor rural que, além de vender serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, pode comercializar produtos in natura (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato) aos visitantes. Dessa maneira, o produtor incrementa a sua renda e o turista tem acesso a produtos de qualidade e acessíveis.

Em relação à fonte de água para o abastecimento das residências é em sua maioria de poço e cisterna (93%), no entanto 5% das casas ainda se abastecem de rio e 2% de cacimbas (Figura 5). Em relação às instalações sanitárias das residências foi constatado que 69% são atendidas com fossas sépticas, 29% fazem a deposição de dejetos expostos no solo e 2% faz a dispensa de dejetos em córregos e rios.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016

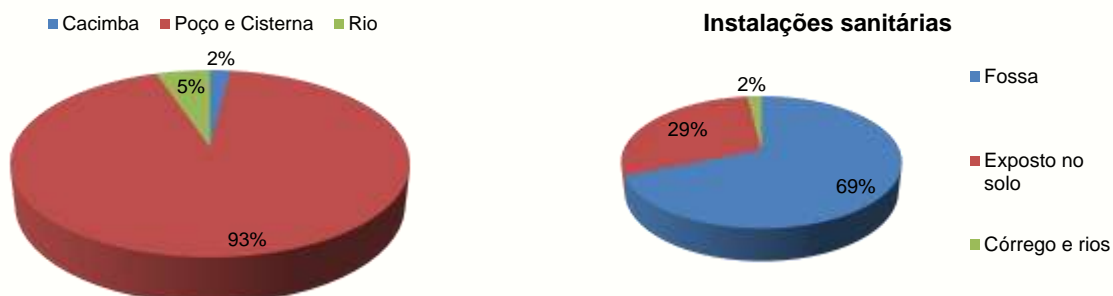


Figura 5. Fonte de água para abastecimento das residências e instalações sanitárias na Trilha Guaxenduba, Icatú, MA.

A água consumida na cidade de Icatu é distribuída pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), autarquia municipal que atende aproximadamente 803 domicílios através de uma central de abastecimento IBGE (2010). Entretanto boa parte da trilha não consta com uma unidade de tratamento de água e esgoto, o fornecimento de água é oriundo principalmente pelo rio, por isso é necessário garantir a oferta de água de qualidade para abastecimento das moradias, hospedagens e possíveis beneficiamento de produtos locais, assim como, o tratamento dos dejetos oriundos das instalações sanitárias que podem causar prejuízos ambientais entre outros.

Em relação a isso os órgãos competentes podem trabalhar para o tratamento adequado desses poços e cisternas para o consumo de água, já para as instalações sanitárias o emprego de fossas ecológicas que transformaram os dejetos em compostos que poderão ser utilizados em atividades de produção vegetal, ocorrendo o ônus de estarem ganhando com o uso de um composto rico para melhora a produção de alimentos, assim como, dando um fim sustentável e viável aos dejetos.

Em relação à destinação do lixo nos locais visitados em sua maioria são queimados (68%), 11% é jogado em terreno abandonado, 10% é queimado e jogado em terreno abandonado, 5% enterra ou queima o lixo, 3% enterram o lixo, 2% enterram, queima ou joga em locais abandonados e 1% joga o lixo no rio (Figura 6).



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Destino do lixo

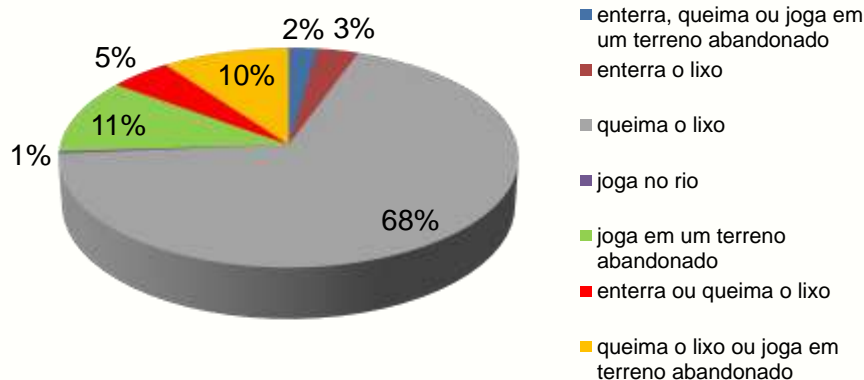


Figura 6. Destino do lixo nas residências na Trilha Guaxenduba, Icatú, MA.

Os dados encontrados em relação ao destino dado ao lixo produzido foram similares os descrito pelo CNM (2000) desta maneira o município deve adequasse a Lei nº 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólido. No Art. 1º da lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluída os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Essa adequação do destino dos resíduos e necessários devido à ação de ampliação da movimentação turística no município irá aumentar o quantitativo de resíduos sólidos e agravar problemas de saneamento básico.

Em relação à produção dentro dos povoados apenas 46% dos entrevistados produzem alimentos em hortas e pomares (com grande parte produzindo nos quintais) com uma variedade de 73 espécies vegetais cultivadas, sendo 56 alimentares e 17 medicinais, as principais espécies cultivadas dentro dos pomares foram encontradas à bananeira (*Musa sp.*), cajueiro (*Anacardium occidentale L.*), bacurizeiro (*Platonia insignis Mart*), mangaba (*Hancornia speciosa Gomes*), jameiro (*Eugenia sp.*), limoeiro (*Citrus limon L.*), carambola (*Averrhoa carambola L.*), cupuaçu (*Theobroma*



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

grandiflorum (Willd. Ex Spreng.) K. Schum.), acerola (*Malpighia glabra* L.), abacaxi (*Ananas comosus* (L.) Merril.) e outras, já nas áreas de hortas foram encontrados quiabeiro (*Abelmoschus esculentus* (L.) Moench.), tomateiro (*Solanumly copersicum*. L.), hortelã (*Mentha sp.*), pepino (*Cucumis sativus*. L.), coentro (*Coriandrum sativum*. L.), cebolinha (*Allium fistulosum* L.), erva cidreira (*Melissa officinalis* L.) e outras.

Segundo Oklay (2004) os quintais produtivos em áreas rurais têm a grande importância no fornecimento de alimentos e que nestes locais a uma enorme variedade de espécies locais é regional. Essa diversidade contribui não somente para a segurança alimentar e estabilidade econômica dos agricultores familiares, mas para o equilíbrio do sistema agroecológico como um todo.

Já a atividade de roçado (corte-queima) é exercida por 76% dos entrevistados, sendo encontradas espécies como a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), milho (*Zeamays*. L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), abobora (*Cucurbita* spp.), batata-doce (*Ipomoea batatas* (L.) Lam.), maxixe (*Cucumis anguria* L.), melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum.), arroz (*Oryza sativa* L.) e outros. Baseados nesses dados e conversas informais notou-se o desinteresse do homem do campo em continuar a desenvolver a agricultura familiar e a busca por outras atividades para complementar a renda.

Nesse sentido Altíssimo (2002) relata que dentre todos os debates fortemente tem aparecido a pluriatividade do meio rural. As crises econômicas e sociais têm forçado os integrantes da família rural a buscar outras formas de sustentação econômica e revivendo velhas profissões desempenhadas nas comunidades rurais na era pré-revolução verde, pois a pluriatividade sempre existiu, agora só ganhou importância no contexto, tendo resposta para determinadas situações não para outras, podendo combinar com a reforma agrária. Para tanto o incentivo ao turismo aumentar a demanda pela produção de alimentos, assim a produção será impulsionada principalmente em relação ao comércio local, pela compra por visitantes e o mesmo a venda de produtos processamento e característico da região.

A atividade de criação animal é exercida por 83% dos entrevistados, com finalidade de alimentação, transporte e trabalho, podendo ser citada a criação de galinha, pato, peru, porco, jumento, coelho, cavalo, bovino, peixe e ostra.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Já a atividade extrativista entre os povoados é bem exercida, 59% dos entrevistados realizam práticas extrativistas. Dessa prática a mais exercida entre os entrevistados é a coleta de frutas na mata (extrativismo de frutos) (41%), seguido da pesca (21%) e coleta de mariscos (15%) (Figura 7).

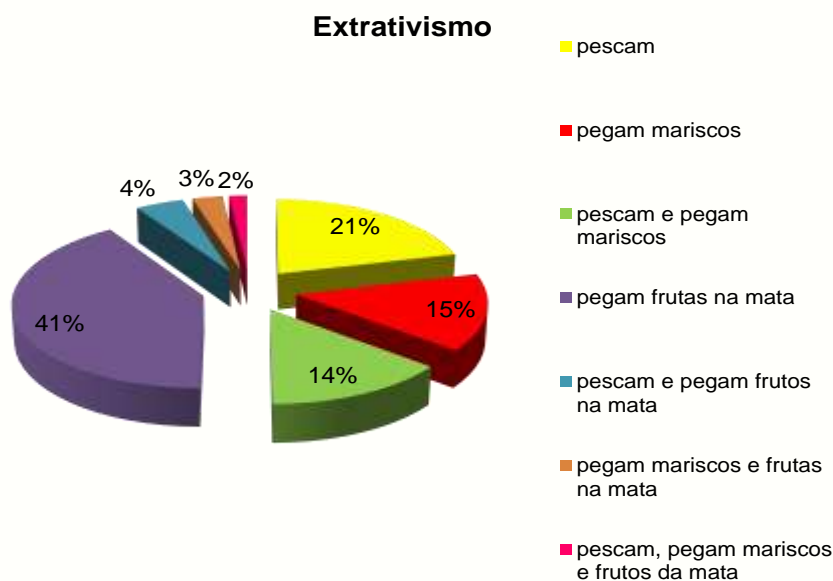


Figura 7. Descrição das atividades extrativistas entre os entrevistados na Trilha Guaxenduba, Icatú, MA.

Os produtos obtidos pela prática do extrativismo são importantes para a diversidade de alimentos para consumo local, bem como possuem potencial para comercialização e preparados em restaurantes nos povoados. A prática deve ser motivada, mas em observância a extração com sustentabilidade. Nesse sentido Homma (1993) relata que há várias décadas o extrativismo parece fadado a desaparecer diante da concorrência dos produtos sintéticos; das redes arcaicas de comercialização (EMPERAIRE & LESCURE, 2000); da imagem negativa da atividade associada à pilhagem e destruição dos agroecossistemas; da baixa rentabilidade econômica (LESCURE, 2000) e da tendência de generalização da tecnificação dos processos de trabalho no espaço rural com profundas consequências nas relações sociais para atender mercados exigentes e globais. Mas ainda temos uma estatística considerável desse extrativismo em alguns locais do Maranhão nos dias atuais.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Em termos de infraestruturas existentes entre povoados foram encontradas: dez casas de farinha, sete igrejas e dois galpões de aviário. As estruturas citadas podem ser utilizadas como pontos de concentração de visitantes, explorando a história local, observação de práticas de processamento local e possível ponto de comercialização de produtos. Segundo Cavaco (2001) estes locais pode servir como plano de fundo para a realização de troca de informações e apelo a visitas pelos turistas ao meio rural a qual tem diferenças da realidade urbana vivida por muitos turistas.

4. Conclusão

A estruturação da Trilha de Guaxenduba para os povoados que compunha o trajeto tem potencial e poderá trazer beneficiadas, além de, ser uma iniciativa a expansão e consolidação do turismo no meio rural na região através da realização de obras de melhoria da infraestrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, tais como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais, entre outras ações.

O turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem o papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Também proporcionará benefícios à população local, com melhorias na infraestrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercado para os produtos agrícolas. Em contrapartida, eles podem trazer transtornos à comunidade através da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento do custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local, caso estes não tenha um investimento adequado pelos órgãos públicos do município.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

5. Referências

- ALTÍSSIMO, A. **Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002. p. 33.
- BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf. Acessado em: 28/05/15.
- CARVALHO, R. C. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA**. 2007. 312 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- CAVACO, C. **O mundo rural português: desafios e futuros**. In: RODRIGUES, A. B. Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.
- CNM - **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS**. 2000. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/dado_geral/ufmain.asp?ildUf=100121>. Acesso em: 23 jan. 2011.
- EMPERAIRE, L.; LESCURE, J. P. **Uma abordagem ecológica comparativa**. In: EMPERAIRE, L (org.) A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP. (2000).
- HOMMA, A. K. O. (1993). **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI.
- LESCURE, J. P. (2000). **Algumas questões a respeito do extrativismo**. In: EMPERAIRE, L. (org.). A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP.
- MARAFON, G. F. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Patrocínio:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo rural**: Orientações Básicas, Brasília, 2010, disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf , acesso em 16/04/2016.

OKLAY, E. **Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural**. Agriculturas, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

SANTANA, A. T. O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. (Org). **Olhares contemporâneos do turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Patrocínio:



adop

UFMG



Apoio:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

